



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 16/09/24

mp. Marcelle Lima
Concelção de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado Liza

Correia
para relatar.

Em 16/09/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO INDICATIVO DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 28 DE 2024 de autoria do deputado Hélio Rodrigues;

Autoriza a cessão de uso de imóvel pertencente ao patrimônio público estadual para a Associação Lar Preciso Viver (ALPV) de Assistência às Pessoas com Câncer, na forma e pelo prazo especificado.

I. RELATÓRIO

O Indicativo de Projeto de Lei nº 28/2024, de autoria do deputado Hélio Rodrigues, visa autorizar a cessão de uso de um imóvel pertencente ao patrimônio público estadual, localizado na Rua Balsas, s/n, Bairro Matadouro, Teresina-PI, para a Associação Lar Preciso Viver (ALPV), uma entidade civil sem fins lucrativos, dedicada à assistência às pessoas com câncer. A cessão de uso, prevista por 10 (dez) anos, é destinada ao desenvolvimento das atividades de apoio gratuito aos pacientes em situação de vulnerabilidade social.

O imóvel objeto da cessão já se encontra descrito e sua cessão está vinculada ao interesse público, reconhecido pela Lei Estadual nº 8.366/2024, que declarou a ALPV como entidade de utilidade pública

É o relatório, devemos então verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

II. VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos 155, parágrafo único e 156 do regimento interno desta casa, parecer onde examino o projeto de lei que ora encontra-se sob análise. A função Legislativa está sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 97 e art. 142, do Regimento interno.

A proposta ora apresentada encontra respaldo jurídico no artigo 18 da Constituição do Estado do Piauí, que estabelece as diretrizes sobre a administração dos bens públicos estaduais e autoriza a cessão de uso de imóveis públicos para entidades de utilidade pública, desde que respeitadas as condições previstas em lei.

A cessão de uso proposta no projeto está em conformidade com a legislação estadual que regula o uso de bens imóveis públicos, sendo observadas as condições de interesse público e a continuidade dos serviços prestados pela ALPV, que visam atender gratuitamente pessoas com diagnóstico de câncer e em situação de vulnerabilidade social.

Ademais, o projeto de lei resguarda o patrimônio público ao prever que qualquer reforma, adaptação ou benfeitoria realizada pela entidade cessionária ficará incorporada ao imóvel sem ônus de



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

indenização ao Estado, o que é um mecanismo importante para garantir a integridade dos bens do Estado do Piauí.

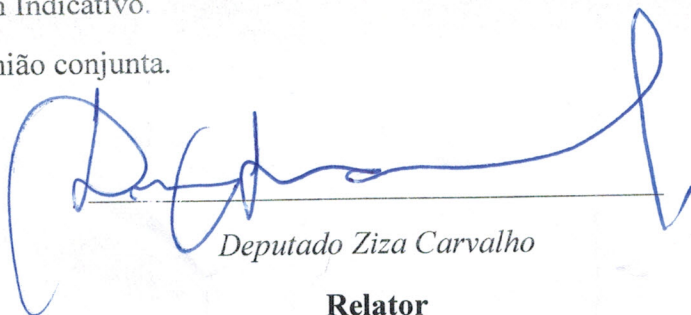
Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do regimento interno. Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, tendo em vista que fora apresentado como **indicativo de lei**, não violando as competências determinadas no art. 75 da Carta Estadual, já que se trata apenas de uma sugestão ao órgão competente.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa do nobre Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

III. PARECER DA COMISSÃO

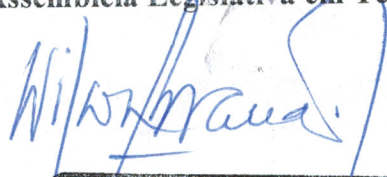

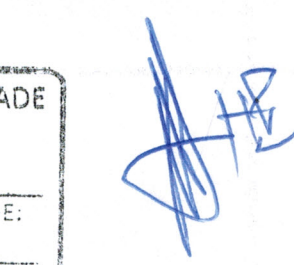

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- (X) Aprovação.
- () Aprovação com Emenda.
- () Aprovação com Substitutivo.
- () Rejeição.
- () Transformação em Indicativo.
- () Aprovado em reunião conjunta.


Deputado Ziza Carvalho

Relator

Sala de Reunião das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, 21 de outubro de 2024.





APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 22/10/24
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça